

Parlamentares rechaçam estudo

O estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República — que propõe que as investigações da máfia do orçamento sejam repassadas para a Polícia Federal, por causa do espírito de corpo do Congresso — foi rechaçada pelos parlamentares, membros e não membros da CPI do Orçamento. Eles não concordam com a tese de que o senador Passarinho, presidente da CPI, estaria impedindo o vazamento de informações para a imprensa como forma de proteger parlamentares. “Isso é uma irresponsabilidade. Estão querendo explodir a CPI no momento em que ela mais precisa ser fortalecida”, reagiu o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF).

Para o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), o trabalho da CPI está sendo feito com absoluto rigor e seriedade, por isso neste momento não faz sentido suspendê-lo. Porém, Bisol admite o corporativismo quando um mesmo poder investiga seus membros e propõe a modificação da atual legislação de forma a evitar que isto continue acontecendo. “Mas, pela legislação atual, a CPI é absolutamente legal”, afirmou. O senador não vê qualquer intenção obscura na determinação de Passarinho para impedir o vazamento de informações. “O único propósito é evitar que as investigações sejam prejudicadas”, argumentou.